

ATA 03/2007

1
2 Aos dias vinte de março de dois mil e sete, às dezenove horas, no Auditório da Unimed-PG, deu-se
3 início à Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Ponta Grossa, estando presentes
4 os Conselheiros Titulares e Suplentes: Edson Alves, Ana Paula C. P. de Carvalho, Maria Lucia T.
5 Vettorazzi, Moacir Aparecido dos Santos, Giana C. P. Machado, Luiz Jacintho Siqueira, João Fernando
6 Ferrari, Francisco N. Marochi, José dos Passos Neto, Cristina de C. Faria, Jurema Terezinha Barbosa,
7 César José Campagnoli, André Luís de Luca, Vera Lúcia dos S. Pereria, Maria de Fátima J. Fiebig,
8 Idison Souza Pinto, Silmara Aparecida P. da Luz, Genecilda Lourenço Gotardo, Cláudia Maria Hey,
9 Silvonete Ap. Soares, Eugenio Francisco da Rosa, Carlos Eduardo Coradassi, Marcos Rogério S. Melo,
10 Keila Cristina Carneiro, Cleiber Marcio Flores, e os participantes: Sandra Cordeiro de Souza, Maria U.
11 Delinski, Beatriz F. Gaia, Rachel Ap^a. B. Mazzer, Vladimir B. Mazzer, Rosilene Gomes, Verificada a
12 presença de quorum o Vice-Presidente Cleiber deu as boas vindas a todos, procedendo a reunião com o
13 primeiro assunto da pauta **Aprovação da Ata 02/2006** – Ata aprovada sem ressalvas. **Primeiro Item**
14 **da Ordem do Dia:** Justificada a ausência da Presidente Neumari, deu-se o início dos Informes da Mesa
15 Diretora, com a Conselheira Irmã Silvonete lendo os ofícios enviados e o Vice-Presidente Cleiber, os
16 recebidos. Abre-se então um espaço para a Conselheira Vera esclarecer as informações do Ofício
17 015/2007, encaminhado pelo Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência. A qual,
18 explica que encaminhou a resposta deste ofício no mesmo dia, afirmando que o infante é transportado
19 todos os dias por semana, mas que havia informado para a mãe que em audiência ficou decidido que
20 esse o transporte de pessoas com deficiência seria feito através dos Ônibus do Transporte Coletivo
21 adaptados. Relatou que a partir do dia dois de abril, as Kombis estariam fazendo o transporte
22 complementar dos deficientes, quando solicitadas, até o terminal onde eles estariam pegando o ônibus.
23 Porém, a Conselheira Vera afirmou que já havia conversado com a mãe informando que vai atender o
24 Júnior durante quatro vezes na semana, sendo assim, esta mesma mãe estaria se precipitando quanto o
25 que pode ou não acontecer. O conselheiro Cleiber sugere que a Conselheira Vera encaminhe por escrito
26 o que foi relatado para que o conselho possa dar os devidos encaminhamentos. O Conselheiro Neto
27 sugere que se faça um relatório de quando e como é feitos esse transporte de pessoas com deficiência e
28 como vai ser feito depois que os ônibus do Transporte Coletivo passar a rodar. A Conselheira Vera
29 explica que a pessoa deverá ligar para o 0800 mais próximo, de onde uma Kombi sairá para pegá-la e
30 levá-la até o local onde pegaria o ônibus como qualquer pessoa faz, ao chegar no outro terminal a
31 pessoa seria transportada por uma outra Kombi até o local onde deseja ir, como por exemplo, alguma
32 clínica de fisioterapia. O Conselheiro Idison diz que a respeito da falta condução pela VCG, ele ficou
33 sabendo que caso a VCG seja convocada se obrigaria a conduzir a ida dessa criança pro local onde
34 deseja. A Conselheira Vera explica que fica para a cargo da VCG o transporte coletivo e que este não
35 pega ninguém em casa, por isso, serão colocadas estas Kombis a disposição dos usuários que
36 precisarem ser transportados até o terminal. **Segundo Item da Ordem do Dia:** Escolha de
37 representantes para a 14^a Plenária Nacional de Conselhos de Saúde, a se realizar nos dias 10 e 11 de
38 abril. O Vice-Presidente informou que eram duas vagas para usuários, uma para gestor/prestador e uma
39 para trabalhador em saúde, questionou quais os conselheiros estariam interessados em participar; Para
40 as vagas dos usuários demonstraram interesse os conselheiros: Idison, Marcos e Silmara. Após sorteio
41 ficou definido que os conselheiros Idison e Marcos ficarão como titulares e a Conselheira Silmara
42 como suplente para participar do evento. A Conselheira Maria Lúcia representará os gestores e a
43 Conselheira Cristina deverá representar o segmento dos trabalhadores, como suplente a Conselheira
44 Jurema. O Conselheiro Neto questionou como seria feito o financiamento desta viagem e o Conselheiro

45 Cleiber releu no ofício que este seria feito através da Secretária Municipal de Saúde e/ou pelo Conselho
46 Municipal de Saúde. Rosilene explica que tem uma determinação do tribunal de contas para o valor
47 pago para diárias de funcionários conforme o grau de escolaridade e o Vice-Presidente Cleiber
48 questiona como ficaria a situação dos conselheiros que representam o seguimento de usuários nesta
49 viagem. O Conselheiro Coradassi sugere que seja repassado o dinheiro para o Conselho e este fizesse a
50 distribuição dentre os encargos da viagem; A conselheira Irmã Silvonete esclarece que em novembro
51 foi aprovada Lei Municipal Nº 8.689/2006 de 06/11/2006, que dispõe dobra a concessão de diárias a
52 servidores municipais para indenização de despesas de viagem. Regulamentada através do Decreto Nº
53 1.266, de 12/12/2006, o qual estabelece no Art. 15 que “não se concederá diária e nem se custeará
54 despesas de viagem ou estada a pessoas sem vínculo empregatício, eletivo, contratual ou funcional,
55 com a Administração Municipal Direta ou Indireta”. Entretanto a conselheira Ir. Silvonete questiona
56 que existe Lei Federal que estabelece que o Município deve garantir estrutura para o funcionamento
57 dos conselhos e salienta que a participação nos eventos é de relevância pública e pede para Rosilene
58 verificar essa realidade e dar um retorno para o Conselho.. Encerrada essa questão o Vice-Presidente dá
59 continuidade à reunião partindo para o próximo item da pauta. **Terceiro Item da Ordem do Dia:**
60 **Regimento interno do Conselho Municipal de Saúde - Aspectos relativos a eleição da Mesa Diretora.** O
61 Conselheiro Cleiber lembra a todos que quando a Mesa Diretora atual assumiu ficou estipulado que
62 para a próxima eleição seria criada uma comissão para tratar especificamente destes assuntos, sendo
63 assim, ele questiona quais seriam os conselheiros interessados em participar desta comissão porque na
64 próxima reunião já seria a eleição. Os Conselheiros: Cleiber, Campagnoli, Coradassi, Edson, Moacir e
65 Keila optaram por integrar essa comissão, ficando de se reunir durante o mês para discutir os aspectos
66 do regimento e apresentar na reunião a proposta para a realização da votação, que sendo aprovada, já
67 estaria sendo realizada na mesma reunião. **Relato das Comissões** – Atenção Básica: O Coordenador da
68 comissão, Conselheiro Coradassi comentou a respeito da reunião realizada no dia 13/03, solicitada pela
69 Secretaria Municipal de Saúde para tratar sobre o parecer emitido pelas Comissões de Atenção Básica e
70 Gestão no Trabalho no SUS e Saúde do Trabalhador sobre o projeto das USA’s. Nesta reunião ficou
71 clara a necessidade de se fazer outra reunião para a discutir o projeto, entre os assuntos comentados
72 estavam a questão do Limite Prudencial esgotado, e nesta reunião ainda foram solicitados alguns dados
73 para que a comissão possa concluir essa discussão. O Conselheiro Coradassi efetuou a leitura de umas
74 considerações, que deveriam ser apresentadas de forma oficial para a Secretaria de Saúde na semana
75 consequente a reunião. Acompanhamento de Sistema Hospitalar e Especialidades: A Conselheira
76 Claudia pede desculpas pela coordenadora da comissão, Conselheira Luciamari, que não passou bem e
77 por este motivo não pode comparecer à reunião. Ressaltou que os materiais ficaram com ela e que por
78 não ter participado da última reunião da comissão não saberia relatar o assunto que foi contemplado em
79 tal encontro. O Conselheiro Cleiber afirma que participou da reunião, mas que as anotações teriam sido
80 feitas pela Conselheira Luciamari, portando deixariam este relato para a próxima reunião. Conselhos
81 Locais: O Coordenador não estava presente. Ética e Controle Social: Nenhum membro presente.
82 Gestão de trabalho no SUS e Saúde do Trabalhador: Nenhuma colocação. Orçamento: O Coordenador
83 da comissão, Conselheiro Cleiber explica que estarão fazendo uma apresentação a respeito da
84 aprovação, ou não, do orçamento do município. O Conselheiro Campagnoli faz uma explanação em
85 multimídia, explicando sobre a Emenda Constitucional 29, o orçamento total e o orçamento repassado à
86 Secretária de Saúde que deveria atingir um mínimo de 15% do valor total (33 milhões) e superou os
87 21%. O Conselheiro Cleiber explica que as atividades ficaram divididas dentro da comissão pelas
88 dificuldades encontradas para reunir todos os membros da comissão, o Conselheiro Campagnoli ficou

89 responsável pela análise do repasse da Prefeitura Municipal enquanto os demais conselheiros se
90 dividiram em analisar contratos e notas fiscais para que se pudesse chegar a um parecer final. Comenta
91 ainda que passou para a Rosilene alguns ‘rombos’ que gostaria que estivessem sendo esclarecidos e
92 especificou os membros que fizeram parte dessa comissão: Cleiber Márcio Flores, João Fernando
93 Ferrari, Edson Alves, Paulo Facin, Carlos Eduardo Coradassi, César José Campagnoli, André Luis de
94 Luca, Valmir de Santi, Francisco Nestor Marochi. Efetuou a leitura do documento onde pediam para
95 Rosilene prestar esclarecimentos na reunião plenária, elencando cada um eles: 1. Informações
96 pertinentes ao contrato 316/2006 firmado em julho de 2006, tendo em vista o aluguel de imóvel,
97 situado na Rua General Carlos Cavalcanti, 3800 e que não se encontrava em uso da SMS até o dia
98 05/03/2007; Segundo Rosilene esse imóvel seria utilizado para a possível USA de Uvaranas, tendo em
99 vista que o projeto havia sido enviado e ainda não tinha sido aprovado, por isso ficou sem ocupação até
100 que foi transferido para lá, a título de reformas, a unidade de saúde Silas Salem. 2. Informações
101 pertinentes ao contrato 508/2006, firmado com empresa Buss & Schechtel Ltda., que diz respeito a
102 estudo de custos para o Hospital Amadeu Puppi; Segundo Rosliene era uma estimativa de custo com a
103 ampliação dos leitos do Hospital Amadeu Puppi, a empresa assinou o contrato, mas não prestou
104 serviços nos 45 dias citados no contrato e portanto, automaticamente foi encerrado. 3. Informações
105 sobre relatório de 2006 de prestação de contas do Consórcio dos Campos Gerais, quanto ao número e
106 ao tipo de atendimento que está sendo prestado por esta instituição, no valor de R\$ 27.346,00 mensais;
107 Rosilene afirma que o Consórcio tava atendendo consultas, algumas consultas especializadas e exames;
108 afirma ainda ter trazido um relatório com todas as consultas realizadas com o nome dos pacientes
109 atendidos e custo, para o Conselho estar verificando. 4. Informações sobre superávit no valor
110 aproximado de R\$ 1.300.000,00 no ano de 2006 e no valor aproximado de R\$ 1.800.000,00 de 2005.
111 Com relação ao superávit, Rosilene diz que o do ano de 2005 foi liberado no dia 20 de dezembro, mas
112 praticamente não pode ser usado porque não teve tempo hábil para licitação. **Relata que a**
113 **contabilidade fechou hoje e vai primeiro para a Câmara para ser aprovado para depois poder ser**
114 **utilizado, pois precisava do fechamento contábil do ano; 5. Informações e prestação de contas**
115 **sobre serviço contratado pela Fundação Zerbini nos anos de 2005 e 2006, sendo neste último ano**
116 **no valor de R\$ 175.500,00; o Conselheiro Edson diz que a Fundação tinha um contrato com a**
117 **Prefeitura para levantamento de dados que na época foram apresentados ao conselho.** O
118 conselheiro Cleiber afirma ser interessante fazer uma explanação a respeito disso, pois foi gasto um
119 montante alto. O Conselheiro Edson diz que a única ligação que tinham com a Secretaria era pelo
120 Senhor Márcio Resende, mas que se fosse do interesse poderiam estar trazendo ele para explanar sobre
121 o assunto. 6. Informações sobre contrato 137/2006 – CESCAGE no valor de R\$ 80.000,00 a respeito de
122 curso de especialização em Programa Saúde da Família, contendo o nome dos respectivos profissionais
123 funcionários que estão fazendo este curso; Rosilene pergunta se gostariam que ela lesse a lista com o
124 nome de todos que estão participando e o Conselheiro Coradassi pergunta se todos são funcionários
125 efetivos da prefeitura. Ela afirma que são todos efetivos e o Conselheiro Coradassi pergunta como foi
126 realizada a seleção para este curso. Rosilene diz que a Conselheira Ana Paula de Carvalho se reuniu
127 com todos os médicos do Programa verificando quem teria o interesse de participar, por fim eles
128 encaminharam os nomes e ao longo do curso tivemos duas desistências de médicos. Da mesma forma a
129 Enfermeira Alessandra reuniu-se com a enfermagem pois a Conselheira Ana Paula autorizou a abertura
130 dessas vagas que não haviam sido preenchidas para outros profissionais envolvidos, sendo então
131 sorteado entre as enfermeiras que demonstraram interesse. A partir do quarto ou quinto módulo houve a
132 desistência de mais dois médicos, vagas que foram remanejadas para dois funcionários da Secretaria

133 que estavam fazendo o curso, pagando a parte e então se encaixaram. Posteriormente mais duas
134 enfermeiras desistiram; Todos os profissionais assinaram um termo se comprometendo a ficar no
135 Município por mais três anos, estar repassando aos demais funcionários tudo que foi discutido no curso
136 e no caso de não cumprimento disso estariam ressarcindo os cofres públicos com valor corrigido pelo
137 IGPM. Os profissionais são: Adilberto Souza Raymundo, Alcy Carlos Mendes, Alessandra Pitlovanciv,
138 Ana Paula Costa Pádua de Carvalho, Anair Rodrigues Ferreira, Antonio Carlos Smolarek, Dante Luis
139 Gubert, Edson Alves, Edson Chaves Pereira, Evelyn Goetz Santos, Geraldo Stocco, João Carlos
140 Mendes, Jorge Alves, Marilene Mendes Soares, Maurício Paulo Félix Sibuski, Ivone Maria Viera
141 Lima, Sonia Regina Santana Gonçalves, Vera Lúcia Leal Wosgerau, Elida Eli Cogo, Fabiana [?], Rosa
142 Baggio, Marcos Romeu. Houve o questionamento a respeito dos profissionais que desistiram se já
143 ressarciram os cofres públicos e Rosilene afirmou que os médicos desistiram entre o período limite e as
144 enfermeiras estão tendo suas justificativas analisadas pelo jurídico e ainda não houve parecer nenhum.
145 7. Informações relativas á discriminação de notas fiscais de serviços prestados a esta SMS, onde são
146 descritos apenas “SERVIÇOS PRESTADOS”, e o valor deste serviço. Faltando descrever qual o tipo
147 de serviço que está sendo pago. Rosilene diz que vai esteve verificando isso, mas o que tem de serviços
148 prestados se refere a um contrato e que esse termo só serviços prestados não tinha sido atentado
149 anteriormente, pois ela foi buscar em anos anteriores e só estava escrito isso, pelo menos até 2003 e
150 2004. O Conselheiro Cleiber afirma que esses dados seriam de quais foram os serviços prestados teriam
151 que ser discriminados nas notas e o Conselheiro Coradassi afirma isso se dá até mesmo porque antes de
152 pagar tem que conferir o serviço depois disso, o Conselheiro Cleiber pede que os conselheiros que
153 compõe a comissão de orçamentos se coloquem a respeito destes quesitos que foram apresentados;
154 afirma ainda que ele como conselheiro e membro da comissão achou que os quesitos indagados foram
155 justificados, com algumas exceções, principalmente no que diz respeito às notas fiscais, mas, que
156 mesmo com ressalvas é a favor da **aprovação do orçamento de 2006. Outros conselheiros se**
157 **manifestaram concordância com estas ressalvas, porém nenhum deles foi contra a questão de**
158 **aprovação das contas levando em consideração os 15% previstos na EC 29. Relato do Gestor**
159 **Municipal**: O Conselheiro Edson comenta a respeito da Dengue dizendo que no município de Ponta
160 Grossa está cerca de 52% contaminado com larvas do mosquito vetor da doença e que na cidade foram
161 encontrados três casos importados da doença, porém o Município está se preparando para enfrentar
162 uma possível epidemia da doença. A Enfermeira Valéria Koehler comenta a respeito das ações que
163 serão realizadas na Semana Municipal de combate a Tuberculose e sobre a Busca ativa de pacientes
164 sintomáticos. **Informes dos conselheiros**: O Conselheiro Idison questiona a respeito da resposta de um
165 ofício que pedia informações sobre o curso de Agentes Comunitários de Saúde e recebe a notícia de
166 que tal ofício não teve resposta, fica então da Secretaria responder. O Conselheiro Campagnoli informa
167 que a ABO está a disposição do Conselho para as próximas reuniões e ressalta que o Conselho
168 Regional de Odontologia também este engajado na luta contra a tuberculose. A Conselheira Ana Paula
169 de Carvalho esclarece a ausência das enfermeiras nas unidades de saúde, gerando mais uma discussão
170 sobre o assunto, onde são questionadas as questões relativas ao horário concomitante com o horário de
171 serviço e a remuneração extra que estas receberiam para lecionar. Por fim, o Vice-Presidente dá por
172 encerrada a reunião às 21:15 horas.